

**Socinal S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento.
Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2019.**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 1º SEMESTRE DE 2019

Senhores Acionistas, Colaboradores, Clientes e Investidores.

Os administradores da Socinal S.A Crédito, Financiamento e Investimento, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresentamos demonstrações financeiras relativas aos períodos findos em 30 de junho de 2019 e 2018, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

1. A Instituição

Senhores acionistas, investidores e colaboradores apresentamos os principais pontos de nossa atuação no 1º semestre deste exercício:

- 1- Nos seis primeiros meses deste ano os serviços de bancarização de crédito cresceram 7 vezes o volume operado em comparação a igual período do ano passado, totalizando a marca de R\$ 2 bilhões em créditos negociados. A Socinal obteve R\$ 13,2 milhões de Reais em receita bruta de serviços e cresceu 810,53% nesta linha em relação a igual período do ano passado o que mostra o desempenho notável deste produto e o crescimento deste modelo de negócios no mercado financeiro nacional. Esta administração agradece o empenho e a dedicação de seus colaboradores e o apoio dos acionistas que não mediram esforços no investimento tecnológico e de pessoas tão necessário para atuar neste mercado.
- 2- A carteira de crédito total teve aumento de 33,66% atingindo o volume de R\$ 145,2 milhões de Reais no semestre. Vale destacar a queda de (18,61%) na carteira de capital de giro e o esforço pela mudança de foco de atuação saindo aos poucos de uma carteira de crédito concentrada e se voltando para operações no segmento de crédito pessoal para aquisição de lotes e casas em parceria com empresas incorporadoras e de empreendimentos imobiliários, cujo crescimento foi da ordem de 110,80% em relação a igual período do ano passado.
- 3- A captação de recursos por meio da emissão de títulos e valores mobiliários apresentou considerável crescimento nos volumes captados, chegando ao valor total de R\$ 147,7 milhões de Reais e crescimento de 34,35% em relação ao semestre anterior, com destaque para o crescimento das emissões em RDB para operações ativas vinculadas e emissões de Letras de câmbio para fazer frente aos créditos para financiamento de imóveis.
- 4- Neste semestre a Socinal encerrou o período com um retorno operacional bruto já incluído as provisões de R\$ 4,21 milhões de Reais e um lucro líquido de R\$ 2,45 milhões de Reais após impostos.

Esta administração vem afirmar seu compromisso com o planejamento estratégico definido pela alta administração visando a eficiência tributária, administrativa e operacional da empresa com foco em ativos com menor nível de inadimplência e provisionamento, com maior pulverização e menor exposição aos riscos sem garantias reais. Neste sentido focamos esforços na operação de bancarização com a criação de valor por meio da prestação de serviços a agentes de crédito online (fintechs) e fundos de direitos creditórios com objetivo de gerar crédito fora do sistema bancário tradicional.

2. Panorama Econômico e segmentação

O cenário político e macroeconômico do Brasil vem se desenrolando na esteira da reforma previdenciária e em medidas de contenção de gastos do estado e a promessa de privatizações de estatais. O novo governo brasileiro e sua equipe econômica apresentaram ao país uma agenda liberal e reformista em que procura sanar os problemas do déficit fiscal com cortes de custeio e

prioridade na estabilidade econômica e cumprimento das metas de inflação em 3,5%. O corte pelo Banco Central da taxa Selic em 0,5 ponto percentual, passando de 6,5 para 6,00%, com vigência a partir de 01/08/2019, e o cenário para a estabilidade da inflação permanece positivo e pouco pressionada em um cenário de alto desemprego e manutenção do elevado hiato de oferta e demanda que, em última estância, mantém uma expectativa de crescimento econômico ainda positivo mas muito abaixo para o tamanho do PIB do país.

O cenário microeconômico, como previsto, é de leve recuperação da atividade econômica de alguns setores e isso vem ajudando a expansão ainda tímida do crédito em todo país. A indústria financeira aposta na renovação e na tecnologia para oferta novos produtos financeiros a milhões de pessoas não bancarizadas ou com pouco acesso aos bancos. As condições legais e mercadológicas têm favorecido o surgimento e o crescimento destas fintechs de crédito, de meios de pagamento e de seguro em um mercado cada vez mais competitivo. A Socinal tem se posicionado como um player de serviços visando atender a formalização dos créditos destes agentes ofertantes e suas estruturas de investimento mais flexíveis e disruptivas em contraponto ao sistema tradicional de intermediação bancária.

Ouvidoria

A estrutura de Ouvidoria da Socinal atende plenamente aos requisitos definidos pela legislação vigente, disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado com divulgação através de seu site na rede mundial de computadores (web) e diretamente na sede ou com seus correspondentes. Neste 1º semestre tivemos indicadores de baixa demanda por nossos canais de reclamação e apesar de atendermos um amplo leque de fintechs de crédito massificados com foco nas pessoas físicas, não tivemos crescimento dos índices de atendimento e demanda. A ouvidora da Socinal tem um histórico de todos os casos atendidos e não há relato de ocorrência sem solução formal de inconformidade a Alta Administração como consta no relatório de Ouvidoria, exigido pela Resolução CMN nº 3.849/2010.

3. Controles Internos, Gestão de Riscos e Governança Corporativa

A Socinal detém uma estrutura de controles internos compatível com seus processos e procedimentos de segurança operacional, de crédito, de controle de liquidez e da segurança da informação. O comitê de Controles Internos avaliou neste semestre os relatórios de controles internos, o de auditoria interna e externa para o risco operacional, e faz periodicamente os controles eletrônicos e de processos, sempre que demandado, aprovando seu conteúdo e acompanhando as necessidades de ajustes e intervenções visando o controle e a prevenção de riscos.

A Gestão de Riscos se dá através de uma estrutura simples e objetiva onde os integrantes do comitê de controles internos e riscos reúnem-se periodicamente e tempestivamente, deliberando sobre os assuntos pertinentes a normas, procedimentos e ocorrências do risco operacional, o risco de liquidez, o risco de mercado e a avaliação periódica da carteira de crédito e dos principais indicadores de concentração, preços, inadimplência e segmentação, bem como a avaliação e monitoramento do risco socioambiental atrelado ao destino dos recursos disponibilizados em suas operações de crédito, no relacionamento comercial com fornecedores e na gestão de sua equipe de colaboradores internos.

A Socinal conta ainda com diretrizes de Governança Corporativa que, exercidas pelo comitê de controles internos e risco que visa proteger o patrimônio da entidade, incrementar, sugerir e apoiar ações éticas e de boa governança entre todos os participantes diretos e indiretos da instituição, incentivando, facilitando e monitorando práticas de *disclosure* adequado em todos os meios formais de comunicação.

As premissas e parâmetros para a gestão dos riscos de crédito, operacional, socioambiental, de mercado e de capital estão disponíveis em nosso site no endereço www.socinal.com.br

Agradecemos o apoio de todos os acionistas, colaboradores, clientes, investidores e parceiros.

A Administração.

Araruama/RJ, 15 de agosto de 2019.

SOCINAL S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018
(Em milhares de Reais)**

Ativo	Notas explicativas	30/06/2019	30/06/2018
Circulante			
Disponibilidades	3	5.231	3.038
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	5.000	4.850
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		5.000	4.850
Operações de Créditos		66.434	54.739
Setor Privado	5	68.771	58.899
(-) Prov. paracréd. de liq. duvidosa		(2.337)	(4.160)
Outros Créditos	6	7.029	6.788
Diversos		7.029	6.788
Outros Valores e Bens		7.250	7.045
Bens não de Uso	7	7.248	7.045
Despesas Antecipadas		2	-
Total do ativo circulante		90.944	76.460
Não circulante			
Operações de Créditos		73.892	46.223
Setor Privado	5	76.492	49.785
(-) Prov. paracréd. de liq. duvidosa		(2.600)	(3.562)
		73.892	46.223
Imobilizado Líquido	8	3.029	3.162
Total do ativo não circulante		76.921	49.385
Total do Ativo		167.865	125.845

SOCINAL S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018
(Em milhares de Reais)**

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas explicativas	30/06/2019	30/06/2018
Circulante			
Depósitos	9.1	15.886	5.441
Depósitos a Prazo		15.886	5.441
Recursos e Aceites Cambiais	9.2	2.816	19.725
Recursos e Aceites Cambiais		2.816	19.725
Outras Obrigações	9.3	6.344	3.366
Cobrança e Arrec. de Trib. e Assemelhados		1.567	136
Fiscais e Previdenciárias		3.368	1.854
Diversas		1.409	1.376
Total do passivo circulante		25.046	28.532
Não circulante			
Depósitos	9.1	61.841	49.406
Depósitos a Prazo		61.841	49.406
Recursos e Aceites Cambiais	9.2	67.188	35.391
Recursos e Aceites Cambiais		67.188	35.391
Total do passivo não circulante		129.029	84.797
Patrimônio Líquido			
Capital social		12.000	12.000
Aumento de Capital		4.042	-
(-) Capital a Realizar		(4.042)	-
Reserva de Lucros		122	51
Lucros ou Prejuízos Acumulados		1.668	465
Total do patrimônio líquido	11	13.790	12.516
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		167.865	125.845

SOCINAL S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO.

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018
(Em milhares de Reais)**

	<u>Notas explicativas</u>	<u>01/01 a 30/06/2019</u>	<u>01/01 a 30/06/2018</u>
Receitas da Intermediação Financeira		13.906	13.072
Operações de Créditos		13.810	12.977
Resultado de Oper. c/Títulos e Valores Mobiliários		96	95
Despesas da Intermediação Financeira		(12.538)	(10.026)
Operações de Captação no Mercado		(10.859)	(7.762)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(1.679)	(2.264)
Resultado bruto da Intermediação Financeira		1.368	3.046
Outras Receitas/Despesas Operacionais		3.821	(543)
Receitas de Prestação de Serviços	12.1	13.274	4.042
Despesas de Pessoal		(952)	(831)
Outras Despesas Administrativas	12.2	(2.709)	(1.626)
Despesas Tributárias		(1.432)	(679)
Outras Receitas Operacionais		34	90
Outras Despesas Operacionais	13	(4.394)	(1.539)
Resultado Antes da Tributação s/Lucro e Participações		5.189	2.503
Imposto de Renda e Contribuição Social		(2.735)	(1.489)
Provisão para Imposto de Renda	10	(1.705)	(822)
Provisão para Contribuição Social	10	(1.030)	(667)
Lucro líquido do semestre		2.454	1.014
Quantidade de ações		9.500	9.500
Resultado por ação		0,258	0,107

SOCINAL S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018

(Em reais)

	Capital Social	Aumento de Capital	Capital a Realizar	Reserva de Lucros		Lucros Prejuízo Acumulados	Total
				Reserva Legal	Reserva Especial de Lucro		
Saldos em 31 de dezembro de 2017	12.000	-	-	-	-	(498)	11.502
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	1.014	1.014
Destinações do lucro:							
Reservas Legal	-	-	-	51	-	(51)	-
Reserva Especial de Lucro	-	-	-	-	465	(465)	-
Saldos em 30 de junho de 2018	12.000	-	-	51	465	-	12.516
Saldo em 31 de dezembro de 2018	12.000	-	-	-	-	(664)	11.336
Subscrição para aumento de capital	-	4.042	(4.042)	-	-	-	-
Integralização parcial de capital em espécie	-	-	2.021	-	-	-	2.021
Recolhimento ao Bacen valor capital integralizado	-	-	(2.021)	-	-	-	(2.021)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	2.454	2.454
Destinações do lucro:							
Reservas Legal	-	-	-	123	-	(123)	-
Reserva Especial de Lucro	-	-	-	-	1.668	(1.668)	-
Saldos em 30 de junho de 2019	12.000	4.042	(4.042)	123	1.668	(1)	13.790

SOCINAL S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018
(Em milhares de Reais)**

	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre	2.454	1.014
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:		
Depreciação e Amortizações	76	73
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.625)	2.060
Lucro líquido ajustado do semestre	905	3.147
Variações nas contas do Ativo e do Passivo		
(Aumento)/Redução de Operações de Crédito	(9.679)	(1.717)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	(1.176)	652
(Aumento)/Redução em Outros Valores e Bens	-	(5.490)
Aumento/(Redução) em Depósitos a prazo	3.164	4.391
Aumento/(Redução) de recursos de aceites e emissões de títulos	6.834	3.170
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	2.886	(1.614)
	2.029	(608)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	2.934	2.539
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de Imobilizado de Uso	(13)	-
Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimentos	(13)	-
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	2.921	2.539
Demonstração da variação nas disponibilidades		
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	7.310	5.349
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	10.231	7.888
Variação no saldo de caixa e equivalentes de caixa	2.921	2.539

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado outra forma)

1- Contexto Operacional

A Socinal S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“Socinal” ou “Sociedade”) autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), é uma instituição financeira de capital fechado e vem operando como instituição de crédito, financiamento e investimento desde abril/2009. A Socinal vem dando foco no segmento de prestação de serviço para empresas de crédito *online* (*fintechs*) e Fundos de direitos creditórios, participando como originador e cedente de créditos vendidos nestas plataformas especializadas e atendendo um novo segmento do mercado financeiro que demanda a formalização legal destes créditos ofertados fora do meio bancário tradicional. Nas carteiras próprias as de maior expressão dois segmentos se destacam: (i) as operações ativas vinculadas a investimentos, amparadas pela resolução nº 2.921 de 2002 realizadas em parceria com *fintechs* no modelo de *peer-to-peer lending* para segmento de crédito a pequenas e médias empresas; e (ii) Os empréstimos pessoais para aquisição de lotes e casas em parceria com empresas de incorporação e de empreendimentos imobiliários da região. A Socinal vem priorizando este último modelo por ter a garantia contratual de revenda do bem objeto pela incorporadora em caso de inadimplência do mutuário e a respectiva quitação do saldo devedor do crédito. A captação de recursos de terceiros para o fomento das operações *peer-to-peer lending* se dá basicamente pela emissão de Recibos de Depósito Bancário aos investidores com a respectiva vinculação ao crédito. Para a carteira própria da Sociedade são captados recursos em Letras de Câmbio utilizando-se da estrutura própria, sites especializados ou terceirizada em corretoras de valores de expressiva idoneidade e penetração no mercado de investidores institucionais.

2- Apresentação das Demonstrações Financeiras e descrição das principais práticas contábeis.

As Demonstrações Financeiras da Sociedade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), no que for aplicável. Foram parcialmente adotados nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional.

Assim, as informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2019, foram elaboradas conforme os pronunciamentos homologados pelo BACEN e de acordo com as instruções específicas do BACEN, e em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Financeira em 10/08/2019.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

O comitê de pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, entretanto nem todos foram homologados pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Desta forma, a Socinal na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo (BACEN):

- Resolução CMN nº 3.566/08 – CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos
- Resolução CMN nº 3.604/08 – CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Resolução CMN nº 3.750/09 – CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas

- Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações
- Resolução CMN nº 4.007/11 – CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
- Resolução CMN nº 3.973/11 – CPC 24 - Evento Subsequente
- Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
- Resolução CMN nº 4.144/12 – Pronunciamento Conceitual Básico (R1)
- Resolução CMN nº 4.424/15 – CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

(a) Apuração do resultado

A Socinal apura o seu resultado pelo regime contábil de competência, ajustando o mesmo com a apuração do imposto de renda e da contribuição social, incidentes sobre o lucro tributável do período.

(b) Caixa

O Caixa é representado pelas disponibilidades em depósitos bancários, utilizado diariamente mediante necessidade da Sociedade.

(c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Registram-se aqui os investimentos dos recursos aplicados no mercado interbancário de curto prazo com liquidez diária (CDI's). O saldo apresentado é o somatório do valor presente de cada investimento, calculado "pro rata die" pelos respectivos indexadores e taxas de juros. Nota (4)

(d) Operações de Crédito

Carteira composta por produtos de Crédito Pessoal - Consignado em Folha e Crédito Pessoal – 30,85%, Capital de Giro e Desconto de Títulos – 19,53%, Empréstimo na modalidade de Operações Ativas Vinculadas – 49,03% e Empréstimos Pessoais, para aquisição de imóveis – 0,58%. Desse total, 3,40% estão provisionados como créditos de liquidação duvidosa. Todas as operações de crédito possuem classificação de risco definida e normatizada dentro das premissas estabelecidas pela Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional – CMN e são regidas por uma política de crédito aprovada e editada pela administração, levando-se em consideração: os limites operacionais legais; as condições microeconômicas e setoriais do devedor, sua situação econômico-financeira e os riscos específicos de cada operação; suas garantias e seus garantidores. A classificação das operações vencidas segue estritamente os critérios definidos no artigo 4º da mesma Resolução. (Nota 5).

(e) Outros Créditos

Valores correspondentes ao saldo de adiantamento a funcionários, devedores diversos – paíseos impostos e contribuições a compensar. (Nota 6)

(f) Outros Valores e Bens

Valores relativos a realização de garantias, na forma de dação de pagamento, advindas de baixa de financiamentos imobiliários com a respectiva retomada dos imóveis, para posterior realização. A Sociedade vem conduzindo a formalização adequada para esses processos, ao abrigo da Circular BACEN nº 1273. Esses imóveis foram submetidos a avaliação de profissionais por meio de contratação de empresa especializada. (Nota 7)

(g) Imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada usando o método de cálculo linear, com base na taxa anual de 10% para instalações e móveis e equipamentos de uso, e de 20% para os sistemas de processamento de dados e de transporte. (Nota 8)

(h) Passivo Circulante e Exigível à Longo Prazo

Demonstrados por valores conhecidos, considerando nestes os encargos incorridos com base em cálculo “pro rata die”, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar, e/ou atualização por correção monetária, quando aplicável. Incluídos neste contexto os saldos das contas Depósitos a Prazo, Recursos de Aceites Cambiais, Empréstimos no País – Outras Instituições e Outras Obrigações.(Nota 9)

(i) Imposto de Renda, Contribuição Social e demais Tributos.

No 1º semestre de 2019 e no 1º semestre de 2018 foram constituídas as provisões para o imposto de renda à alíquota-base de 15% do resultado tributável, acrescida do adicional de 10%, e a provisão para contribuição social sobre o lucro líquido ajustado foi constituída à alíquota de 20%, conforme Regulamento do Imposto de Renda e atualizações.

<u>Tributos</u>	<u>Alíquota</u>
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	15% ¹
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%

A Lei nº 12.973 de 13/05/2014, trouxe a adaptação da Receita Federal do Brasil às regras do Imposto de Renda e da Contribuição Social para as empresas do Lucro Real e Lucro Presumido, segundo as novas práticas contábeis brasileiras introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, que tornaram obrigatórios os padrões internacionais de contabilidade do IFRS para todas as empresas do País.

As novas regras entraram em vigor a partir de 01/01/2015, não optando a Sociedade pela adoção antecipada no ano-calendário de 2014, por não se enquadrar em nenhum benefício fiscal. A Sociedade não prevê impactos significantes dos efeitos da nova legislação sobre as suas demonstrações contábeis, mantendo a neutralidade tributária estabelecida pelo Regime Tributário de Transição (RTT). (Nota 10)

¹ Alíquota de CSLL majorada de 15% para 20%no período compreendido entre as datas de 01/09/2015 a 31/12/2018,pela Lei 13.169/2015 alterando o artigo 3º da Lei 7.869/1988.

3- Caixa e Equivalentes de Caixa

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Disponibilidades	5.231	3.038
Disponibilidades em moeda nacional	5.231	3.038

4- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Demonstrada como segue:

Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Banco Paulista	500	2.500
Banco Daycoval	2.500	2.350
Banco Santander	2.000	
Total	5.000	4.850

(1) Referem-se às operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam elevada liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo.

5- Operações de Crédito

Demonstrativos da distribuição das carteiras de créditos por setor e atividade econômica, composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e operações lançadas para prejuízo.

A VENCER								Jun-2019	Jun-2018
ATIVIDADE ECONOMICA	VENCIDA	ATE 3 M	3 A 12 M	12 A 36 M	36 A 60M	60 A 180M	180M <		
SETOR PRIVADO	1.687	23.439	46.209	33.859	11.510	26.400	2.159	145.263	108.684
INDUSTRIA		107	60	9			-	176	
COMÉRCIO	72	550	705	967	555	1.439	-	4.288	13.192
OUTROS SERVICOS	628	936	2.206	3.339	2.310	4.761	375	14.555	15.890
PESSOA FÍSICA	987	21.846	43.238	29.544	8.645	20.200	1.784	126.244	79.602
TOTAL	1.687	23.439	46.209	33.859	11.510	26.400	2.159	145.263	108.684
Ativo Circulante								68.771	58.899
Ativo Não Circulante								76.492	49.785

POR TIPO DE PESSOA

A VENCER								Jun-2019	Jun-2018
TIPO DE PESSOA	VENCIDA	ATE 3 M	3 A 12 M	12 A 36 M	36 A 60M	60 A 180M	180M <		
PJ	700	1.593	2.971	4.315	2.865	6.200	375	19.019	29.082
PF	987	21.846	43.238	29.544	8.645	20.200	1.784	126.244	79.602
TOTAL	1.687	23.439	46.209	33.859	11.510	26.400	2.159	145.263	108.684

POR REGIAO

REGIAO	Jun-2019	Jun-2018
NORTE	-	
NORDESTE	-	
CENTRO-OESTE	-	
SUL	-	
SUDESTE	145.263	108.684
TOTAL	145.263	108.684

POR PRODUTO

CARTEIRAS	Jun-2019	Jun-2018
CONSIGNADO/CRÉDITO PESSOAL	44.820	21.262
EMPRÉSTIMOS OPERAÇÕES ATIVA VINCULADAS	71.224	51.797
FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO	850	771
CAPITAL DE GIRO/TÍTULOS DESCONTADOS	28.369	34.854
TOTAL	145.263	108.684

Saldo da carteira	jun/19	% Concentração	Provisão	% Provisão
Ops Ativas Vinculadas	71.224	49,03%	390	0,55%
Total da Carteira	145.263		4.937	3,40%

Ticket Médio da carteira - 2019/06	Nº operações	Ticket Médio	Prz Originação	Duration
Ops Ativas Vinculadas	1.097	65	24 meses	8 meses
Total da Carteira	2.396	61	36 meses	34 meses

RISCO	PROVISÃO	Jun-2019		Jun-2018	
		Carteira	PCLD	Carteira	PCLD
AA	0%				
A	0,50%	109.751	549	85.257	426
B	1,00%	15.207	152	4.326	43
C	3,00%	9.925	298	6.726	202
D	10,00%	3.976	398	5.310	531
E	30,00%	3.127	938	334	100
F	50,00%	994	497	74	37
G	70,00%	589	412	915	641
H	100,00%	1.694	1.693	5.742	5.742
TOTAL		145.263	4.937	108.684	7.722
Ativo Circulante		68.771	2.337	58.899	4.160
Ativo Não Circulante		76.492	2.600	49.785	3.562

OPERAÇÕES LANÇADAS PARA PREJUÍZO

SALDO 1º SEM 2018	6.248
BAIXAS PARA PREJUÍZO	9.461
RENEGOCIADAS	
RECUPERADAS	1.675
SALDO FIM 1º SEM 2019	14.034

6- Outros Créditos

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
¹ Adiantamento e Antecipações Salariais	410	403
² Adiantamento a Fornecedores	15	114
³ Cheques a Receber	-	-
⁴ Impostos e Contribuições a Compensar	1.614	925
⁵ Devedores Diversos – País	269	426
⁶ Títulos e Créditos a receber	4.720	4.920
Total	7.028	6.788

¹ Saldo de distribuição de lucro no mês de encerramento do semestre.

² Adiantamento realizado a fornecedores de serviços para infraestrutura da sede, o qual será dado quitação na conclusão do serviço contratado.

⁴ Representada por impostos e contribuições antecipadas para compensação futura.

⁵ Representado por valores a receber de repasses dos órgãos públicos referentes a operações de crédito consignado.

⁶ Saldo transferido da conta Bens não de Uso recebido, conforme orientação do Bacen.

7- Bens não de Uso Próprio

Em 30 de Junho 2019, estão assim demonstrados:

Natureza	Saldo 30/06/2019	Saldo 30/06/2018
Imóveis	7.250	7.045

Corresponde a bens imóveis disponíveis para venda, ajustados a valor de mercado, recebidos de clientes da Sociedade em dação em pagamento e não utilizados no desempenho da atividade social.

8- Imobilizado

O ativo fixo da Sociedade está assim composto:

Conta	Saldo 30/06/2019	Saldo 30/06/2018
Edificações	3.165	3.165
Móveis e equipamentos de uso	193	178
Sistema de processamento de dados	227	223
(-) Depreciação acumulada	(556)	(404)
Total	3.029	3.162

9- Passivo Circulante e Exigível à Longo Prazo

Os valores registrados nos subgrupos estão representados nas rubricas abaixo descritas.

9.1 Depósitos a Prazo

	30/06/2019	30/06/2018
RDB - Recibo de Depósito Bancário	77.727	54.847
DPGE - Depósito Prazo c/ Garantia Especial	-	
Total	77.727	54.847
Passivo circulante	15.886	5.441
Passivo não circulante	61.841	49.406
Total	77.727	54.847

9.2 Letras de Câmbio

	30/06/2019	30/06/2018
LC - Recurso de Aceite Cambial	70.003	55.116
Total	70.003	55.116
Passivo circulante	2.815	19.725
Passivo não circulante	67.188	35.391
Total	70.003	55.116

9.3 Outras Obrigações

	30/06/2019	30/06/2018
(i) Cobrança e Arrecadações Tributárias	1.567	136
(ii) Fiscais e Previdenciárias:	3.368	1.854
IRPJ a recolher	1.869	924
CSL a recolher	1.108	729
Impostos e contrib. s/serviços de terceiros	96	53
Impostos e contrib. s/salários	48	43
Outros	246	103
(iii) Diversas (a)	1.409	1.376
Total (i+ii+iii)	6.344	3.366

(a) Valores referentes à provisão de férias, repasses e outras obrigações.

10- Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Resumo da apuração do IRPJ e CSLL, conforme RIR/99.

Cálculo IRPJ e CSLL		30/06/2019	30/06/2018
7.0.0.00.000 - Receitas	(+)	27.214	17.205
8.0.0.00.000 - Despesas	(-)	(22.025)	(14.701)
Resultado antes do I.R. e C.S.		5.189	2.504
Juros sobre o capital próprio			
Adições	(+)	1.679	2.265
Exclusões	(-)		
Lucro (Prejuízo) Antes da Compensação do Prejuízo		6.868	4.769
Crédito Baixado como Prejuízo (2016)		-	(1.431)
Saldo Prejuízo Fiscal		-	(1.431)
Base Tributável (Lucro Real após Compensação do Prejuízo)		6.868	3.338
I.R.	15%	1.030	500
I.R. Adicional	10%	675	322
IRPJ Devido		1.705	822
CSLL Devida	15%	1.030	667
Lucro (Prejuízo) do semestre		2.454	1.014

Alíquota de CSLL majorada de 15% para 20% no período compreendido entre 01/09/2015 e 31/12/2018 pela Lei 13.169/2015 alterando o artigo 3º da Lei 7.869/1988.

11- Patrimônio Líquido

Capital Social: totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 12.000 representado por 9.500.000 (nove milhões e quinhentas mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. No dia 20 de maio de 2019, foi protocolado o processo: 158467 junto ao Banco Central do Brasil solicitando o aumento de capital da instituição de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) para R\$ 16.042.105,26 (dezesesseis milhões, quarenta e dois mil e cento e cinco reais e vinte e seis centavos) mediante capitalização em moeda corrente.

Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada semestre/exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Lucros ou (Prejuízos) acumulados: Registra o saldo remanescente dos lucros (ou prejuízos), após as reversões, ajustes e destinações. Ocorrendo resultado do semestre/exercício negativo, este será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

Juros sobre capital próprio/Dividendos: Conforme o artigo 20 do estatuto, os lucros líquidos terão a destinação que lhes for determinada pela Diretoria, observando o disposto na Lei 6.401/76.

O Patrimônio Líquido está assim apresentado:

	30/06/2019	30/06/2018
Patrimônio Líquido	13.790	12.516
Capital Social	12.000	12.000
Aumento de Capital	4.042	
(-) Capital a Realizar	(4.042)	
Reserva de Lucro	122	51
Lucro ou (Prejuízo) do semestre	1.668	465

12- Demonstração dos Resultados

12.1 - Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018
Receitas de Prestação de Serviços	13.274	4.042

Receitas de serviços com tarifa de confecção de ficha cadastral e prêmios na originação de créditos, resultado de parcerias operacionais firmadas com empresas correspondentes captadoras de crédito no mercado online e para fundos de direitos creditórios.

12.2 - Despesas Administrativas

	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018
Despesa de Água, Energia e Gás	26	21
Despesa de Aluguéis	31	18
Despesa de Comunicação	19	15
Despesa de Manutenção e Conservação	25	1
Despesa de Material	17	3
Despesa de Processamento de Dados	560	351
Desp. Propaganda e Publicidade / Rel. Públicas	49	42
Despesa de Serviços do Sistema Financeiro	342	178
Despesa de Serviços de Terceiros	25	39
Despesa de Serviços de Vigilância e Segurança	1	1
Despesa de Serviços Técnicos Especializados	1.182	629
Despesa de Transporte	1	
Despesa com Viagens	29	36
Outras Despesas Administrativas	326	218
Despesa de Depreciação	76	74
Total	2.709	1.626

Composto significativamente por despesas com Processamento de Dados devido Locação do Ambiente Nuvens e novos sistemas operacionais, Consultoria Jurídica, Financeira e despesa de Serviço do Sistema Financeiro devido aocrescimento operacional na área de serviços e na de intermediação financeira.

13- Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018
Outras Despesas Operacionais	4.394	1.539

Despesas relativas a serviços prestados por correspondentes bancários na captação de créditos.

14- Basiléia

Limites Operacionais

Adequação ao novo acordo de capitais (Basiléia III)

A partir de 1º de Outubro de 2013 entrou em vigor a terceira fase do acordo de Basileia com as novas regras que consolidam no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras. Conhecidas em seu conjunto por Basileia III (BIII) e editadas pelo Conselho Monetário Nacional em Março de 2013 as Resoluções 4.192 e 4.193 e os demais conjuntos de normativos regulam e definem as novas regras que buscam aperfeiçoar a capacidade das instituições financeiras de absorver choques, fortalecendo a estabilidade financeira e a promoção do crescimento econômico sustentável. O aumento da quantidade e qualidade do capital regulamentar mantido por instituições financeiras visa a reduzir a probabilidade e a severidade de eventuais crises bancárias, e os seus consequentes custos para a economia real.

14.1 - INDICADORES DE RISCO (BASILEIA) E LIMITES OPERACIONAIS

Descrição	Jun-2019	Jun-2018
Patrimônio de Referência - Nível I	13.790	12.516
Instrumento Híbrido de Capital		
Patrimônio de Referência - Nível II		
Patrimônio de referência total (nível I + nível II)	13.790	12.516
Patrimônio de referência (a)	13.790	12.516
<u>Alocação Capital por risco</u>		
RWAcpad - crédito	89.020	67.947
RWAmint - Mercado	0	0
RWAopad - operacional	22.147	15.773
Patrimônio de referência exigido (b)	8.893	7.221
Margem (a - b)	4.897	5.296
Rban - Juros carteira não negociável ('c)	1.027	2.012
Margem (b + c)	9.920	9.233
Ativo ponderado pelo risco (*) (d) (900)	111.167	83.720
Índice de Basiléia (a/d)	12,40%	14,95%
Índice de Basiléia amplo (a/ (d+c))	12,29%	14,60%

(i) Resolução nº 4.192 e 4.193 do CMN de 2013 que define o fator "F" conforme tabela base de cálculo do RWA (*Risk WeightAsset*) e sua relação com o PR (Patrimônio de Referência).

Para apuração do índice de Basiléia, adotou-se a seguinte fórmula:

$$Basiléia = \left(\frac{pre}{rwa} \right) \times 100$$

TABELA 022– Fator “F” aplicável

FATOR	VALIDADE
11,000%	De 1/10/2013 a 31/12/2015
9,875%	De 1/01/2016 a 31/12/2016
9,250%	De 1/01/2017 a 31/12/2017
8,625%	De 1/01/2018 a 31/12/2018
8,000%	A partir de 01/01/2019

14.2 - DETALHAMENTO DAS MARGENS DE REQUERIMENTO RELATIVAMENTE AO RWA - BASILÉIA III

Conta DLO		Jun-2019
101	Patrimônio de referência para comparação com o RWA	13.790
100	Patrimônio de referência (PR)	13.790
105	Excesso dos Recursos Aplicados no Ativo Permanente	0
107	Capital Destacado para Operações com Setor Público	0
900	Ativos ponderados por risco (RWA)	111.167
700	Rwa para risco de crédito por abordagem padronizada - RWAcpad	89.020
770	RWA para risco de mercado	0
870	RWA para risco op. abordagem padronizada - RWAopad - (bia)	22.147
950	Margem sobre o patrimônio de referência requerido	4.896
910	Patrimônio de referência mínimo requerido para o RWA	8.893
951	Margem sobre o patrimônio de referência nível 1 requerido	7.120
103	Patrimônio de referência nível i para comparação com RWA	13.790
110	Patrimônio de referência nível 1	13.790
920	Patrimônio de referência nível 1 mínimo requerido para o RWA	6.670
952	Margem sobre o capital principal requerido	8.787
104	Capital principal para comparação com RWA	13.790
111	Capital principal – CP	13.790
930	Capital principal mínimo requerido para o RWA	5.002
953	Margem sobre o PR considerando a Rban	1.090
911	Patrimônio de referência mínimo requerido para o RWA e para Rban	9.920
890	Valor correspondente ao Rban (Risco Mercado na carteira Bancária)	1.027
931	Capital principal mínimo requerido instrum. elegíveis ao capital complementar	5.697
932	Capital principal mínimo requerido instrum. elegíveis capital de nível II	5.002
940	Adicional de Capital Principal - Mínimo requerido para o RWA	2.779
942	Adicional de conservação do Capital Principal	2.779
943	Adicional contracíclico de Capital Principal (RWA Não Público e Não Bancário)	0
944	Adicional sistêmico de Capital Principal	0
954	MARGEM DE CAPITAL PRINCIPAL APÓS PILAR 1 CONSIDERANDO O ADICIONAL DE CAPITAL PRINCIPAL	2.117
955	PERCENTUAL DE RESTRIÇÃO À DISTRIBUIÇÃO DE LUCRO (%)	0
956	MARGEM APÓS PILAR 2	3869
957	DEFICIÊNCIA DE CAPITAL PRINCIPAL	0
958	DEFICIÊNCIA DE CAPITAL COMPLEMENTAR	0
959	DEFICIÊNCIA DE CAPITAL NÍVEL II	0
960	MARGEM ou INSUFICIÊNCIA PARA LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	3.866
970	MARGEM ou INSUFICIÊNCIA PARA O LIMITE COM SETOR PÚBLICO	6.205

A partir de 1º de outubro de 2013, através das Resoluções nº 4.192 e 4.193 do CMN, implantou-se nova metodologia de apuração do RWA (*Risk WeightAsset*) com base no Patrimônio de Referência.

A apuração dos requisitos mínimos de capital passa a ser estabelecida como uma porcentagem do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA, na sigla em inglês). As novas regras estabelecem três requerimentos independentes a serem observados continuamente pelas instituições financeiras:

- I. 4,5% para o Capital Principal, que é composto principalmente por ações, quotas, reservas e lucros retidos;
- II. 6,0% para o Nível I, que é composto pelo Capital Principal e outros instrumentos capazes de absorver perdas com a Sociedade em funcionamento; e
- III. 8,625% para o total do PR, que é composto pelo Nível I e por outros instrumentos subordinados capazes de absorver perdas quando do encerramento da Sociedade.

Gerenciamento de risco

A gestão integrada de riscos da Socinal é resultado do esforço constante de modernização dos processos integrados há ações de controle sistêmicos e gerenciais, de forma a contemplar risco de mercado, risco de crédito, de liquidez, operacional e adequação de capital aos negócios da Sociedade, mantendo-os dentro dos limites legais e prudenciais de mercado. A área de gestão de riscos está subordinada ao comitê de controles internos da Sociedade (CCI) constituído dos acionistas que analisam e deliberam anualmente ou a qualquer momento de forma tempestiva, se for o caso, as ocorrências e os relatórios circunstanciados produzidos pela área de controle internos e risco que está segregada das áreas operacionais e de negócios de empresa visando a independência de atuação e conflito de interesses.

I - Risco de Mercado – A Socinal utiliza de políticas e estratégias para o gerenciamento do risco de mercado, com limites operacionais e de exposição definidos em normativos específicos e aprovados pelo comitê de controles internos e risco, dentro de critérios aceitáveis e compatíveis com a estrutura patrimonial da Sociedade, controlados e gerenciados periodicamente pela área de *compliance* e risco. A Sociedade, até o presente momento, não tem posições ativas em moeda estrangeira, índice de preços ou taxas flutuantes. Seus ativos de crédito são classificados na carteira bancariadenão negociação, a taxas prefixadas e seus passivos são remunerados a taxas pré-fixadas ou atrelados à variação do CDI (certificado de depósito interbancário). A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de mercado previsto no art. 25º da Resolução CMN nº 4.557/2018, bem como o relatório anual fruto deste trabalho, estão disponíveis em nosso site www.socinal.com.br

II - Risco de Crédito - As ações que norteiam as políticas de risco de crédito baseiam-se em regras de concessão, limites operacionais, controles sistêmicos, critérios de classificação de clientes, análise da evolução da carteira, “*credit score*” e níveis de inadimplência e taxas de retorno. Adota-se a prática de constituição de provisões para perdas de crédito para cada operação considerando a classificação do cliente e condição de atraso da operação. Todas as operações são classificadas por alçada e submetidas ao comitê de crédito respectivo para avaliação qualitativa e quantitativa, levando em conta os aspectos determinantes do risco de crédito do cliente, da operação e do grupo econômico. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de crédito previsto no art. 21º da Resolução CMN nº 4.557/2018, bem como o relatório anual fruto deste trabalho, estão disponíveis em nosso site www.socinal.com.br.

III - Risco de Liquidez - A política de gestão do risco de liquidez visa administrar e prover a solvência da Sociedade estabelecendo os parâmetros mínimos de caixa a serem observados e mantidos, bem como as ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise. O acompanhamento diário visa mitigar possíveis descasamentos dos prazos, permitindo, se necessário, ações corretivas. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de liquidez previsto no art. 37º da Resolução CMN nº 4.557/2018, bem como o relatório anual fruto deste trabalho, estão disponíveis em nosso site www.socinal.com.br

IV - Risco Operacional – A gestão do Risco Operacional é de grande relevância dentro da Sociedade devido aos inúmeros processos manuais e de controle advindos de diversas linhas de produtos e serviços oferecidos em seu portfólio. A melhoria dos controles e internos e o treinamento e suporte às áreas de negócio tem permitido que a gestão do risco operacional contribua para o aprimoramento da eficiência operacional e consequentemente na redução do comprometimento do capital. Quanto à segurança da informação a Sociedade conta com processos adequados e compatíveis com seu porte no tocante a geração e guarda de *backups* e documentação de suas operações. A Socinal adota a abordagem padronizada alternativa

simplificada (bia) para efeito de apuração da parcela de patrimônio de referência exigido para risco operacional (RWAopad). A descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional previsto no art. 32 da Resolução nº 4.557/2018, bem como o relatório anual fruto deste trabalho, estão disponíveis em nosso site www.socinal.com.br

V - Risco de capital – A Socinal estabeleceu suas diretrizes e regras para a estrutura e o gerenciamento do capital com base no art. 39 da Resolução CMN nº 4.557/2018. Todo o processo visa: (a) monitoramento e controle de capital mantido pela Sociedade; (b) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que a Sociedade está sujeito; e (c) o planejamento de metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos e mantendo uma postura proativa, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis alterações nas condições do mercado. As operações realizadas pela Sociedade se caracterizam como “*banking*” e sua tesouraria está dedicada à remuneração do capital próprio e a prestação de serviços aos clientes. Tais operações não são realizadas com intenção de negociação ou de *hedge* das referidas posições, portanto, não se enquadram no conceito de Carteira de Negociação nos termos da definição do Banco Central do Brasil – BACEN. O gerenciamento de risco das operações da Socinal são realizados por meio de políticas internas e de seus comitês de controle internos (CCI) e comitê Executivo de Negócios (CEN), que com base nos normativos (NP’s) monitoram os diversos riscos inerentes às operações e/ou processos, incluindo os riscos operacionais, de mercado, liquidez e crédito. Para tal se utiliza de: 1- Modelo proprietário de orçamento e fluxo de caixa, provisões e indicadores de performance; e modelo proprietário de acompanhamento de risco de mercado e precificação das carteiras ativas e passivas a preços de mercado, viabilidade de cenários e teste de estresse definidos na Circular Bacen 3365/07 e usados para mensurar o risco da variabilidade das taxas de juros. As premissas e parâmetros para a gestão dos riscos de crédito, operacional, socioambiental, de mercado e de capital estão disponíveis em nosso site no endereço www.socinal.com.br.

VI - Risco Socioambiental – Atendendo às disposições da Resolução CMN nº 4.327, de 25/04/2014 a qual dispõe sobre as diretrizes que devem ser observadas no estabelecimento e na implantação da Política de Responsabilidade Socioambiental, a Socinal aprovou em julho de 2015 sua política de gestão do risco socioambiental e adotou o critério de atuar com responsabilidade social e agir de maneira ética e transparente em todas as suas esferas e, através de seu negócio contribuir para o desenvolvimento econômico da sociedade, zelando para que todos os recursos sejam utilizados de maneira consciente e sustentável. A política aprovada, a estrutura e a gestão destes riscos estão detalhadas em nosso site www.socinal.com.br em normativos internos. Os controles internos e os relatórios anuais estão disponíveis aos auditores externos e ao Banco Central do Brasil.

DIRETORIA

Ângela Maria Martins da Silva
Maria Madalena América Marinho

CONTADORA

Vanessa Pires Antunes
CRC RJ: 086427/O-4

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas e Administradores da
SOCINAL S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **SOCINAL S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento** (“Financeira”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SOCINAL S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento** em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Financeira, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Financeira é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Financeira é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Financeira são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 15 de agosto de 2019.



Consult Audi Auditoria & Consultoria Empresarial
CRCMG – 007153/O-0

Silvio Sebastião da Silva
Contador CRCMG 044996/O-4